



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

SISNOR WEB

SISTEMA INTEGRADO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

MODULO SELO DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

Manual de Usuário

Versão 3.1



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

Histórico de Revisões:

Versão 1.0 – 02/01/2013: Raphael Pena Cavalcanti

Versão 2.0 – 09/12/2013: Nauter Daguier de Rezende

Versão 2.1 – 08/01/2014: Nauter Daguier de Rezende

Versão 3.0 – 28/08/2014: Raphael Pena Cavalcanti

Versão 3.1 – 29/09/2015: Hugo Marcio Vinagre da Fonseca



Sumário

1.Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico.....	4
2.Consulta pública.....	4
3.Emissão.....	5
4.Envio de atos.....	6
5.Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados.....	9
6.Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos.....	11
6.1.Passos para realização do Cancelamento.....	13
6.2.Sobre o Selo substituto.....	17
6.3.Inconsistências no cancelamento de selos.....	18
6.4.Confirmação do cancelamento de selos.....	21
6.5.Considerações importantes.....	23
7.Recibos de Envio de Atos Praticados.....	23
8.Atos Previstos na DAP.....	25



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

1. Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico

O módulo Selo de Fiscalização Eletrônico agrupa as funcionalidades relacionadas ao selo eletrônico, como a consulta pública, emissão de lotes de selos, envio de atos praticados, consulta a recibos de atos enviados e cancelamento de selos devido a uso indevido.

Todas essas funcionalidades podem ser acessadas a partir do menu “Selo de Fiscalização Eletrônico”, no SISNOR - Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro.

Endereço de acesso ao SISNOR: <https://selos.tjmg.jus.br/sisnor>

2. Consulta pública

Nesta opção está disponível o serviço de consulta às informações e à autenticidade dos selos e atos praticados pelas serventias que utilizam os Selos de Fiscalização Eletrônicos. Este recurso pode ser acessado dentro do SISNOR, no submenu “Consulta pública”, ou por qualquer usuário através do endereço: <https://selos.tjmg.jus.br/>

Agenda | Cartórios Extrajudiciais | Endereços e Telefones | Ouvidoria/Fale Conosco | Concursos | Calendário Judiciário | RedeTJMG

AUMENTAR FONTE: A A A CONTRASTE

TJMG O Poder da Justiça Cidadã.

CONHEÇA O TJMG | PROCESSOS | JURISPRUDÊNCIA | LEGISLAÇÃO | CONHECIMENTO JURÍDICO | AÇÕES E PROGRAMAS | TRANSPARÊNCIA | IMPRESA

Consultar Selos e Atos

Filtros da consulta

Selo de Fiscalização Eletrônico: *

Código de segurança: * (Informar apenas os dois blocos habilitados)

Primeiro bloco Segundo bloco Terceiro bloco Quarto bloco

Consultar

Agenda | Cartórios Extrajudiciais | Endereços e Telefones | Fale Conosco | Concursos | Calendário Judiciário | Links | RedeTJMG

Rua Goiás, 229 - Centro - 30.190-925 - Belo Horizonte - MG - Brasil - TEL: 31 3237-6100 © Copyright 1997-2013, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Tela de Consulta a Selos Eletrônicos



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

Após informar o código sequencial único do selo de fiscalização eletrônico (destacado na parte superior da figura 1) será necessário informar parte do código de segurança. Embora existam quatro blocos para preenchimento, apenas dois blocos estarão habilitados para preenchimento em cada acesso (destacado na parte inferior da figura 1).

3. Emissão

Esta funcionalidade do sistema permite ao usuário emitir lotes de selos eletrônicos para a prática dos atos. O acesso pode ser realizado a partir do submenu “Emissão”.

A solicitação do pedido pode ser realizada em quantidade igual a 100, 1.000 ou 10.000 selos, conforme a demanda da serventia. Basta escolher a quantidade e clicar no botão “Selecionar” (destacado na parte superior da figura 2).

Código do pedido	Selo inicial	Selo final	Quantidade selecionar	Data da solicitação	Solicitante	Recibo da solicitação do pedido	Emitir selos não utilizados
2731	ABV16871	ABV17870	1.000	10/10/2013 14:47	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2596	ABV72271	ABV72370	100	24/07/2013 08:36	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2595	ABV72171	ABV72270	100	23/07/2013 12:11	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2594	ABV72071	ABV72170	100	19/07/2013 17:07	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2593	ABV71971	ABV72070	100	19/07/2013 17:02	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2592	ABV71871	ABV71970	100	19/07/2013 16:56	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2591	ABV71771	ABV71870	100	19/07/2013 16:40	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2590	ABV71671	ABV71770	100	19/07/2013 16:39	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2489	ABV27429	ABV28428	1.000	15/05/2013 09:02	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2489	ABV26429	ABV27428	1.000	14/05/2013 21:30	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir

Figura 2 – Emissão de Selos de Fiscalização Eletrônicos

Após realizar a solicitação, uma mensagem de confirmação sobre a quantidade de selos será exibida, bem como uma solicitação de login através do certificado digital. Somente será possível solicitar selos com o certificado digital do responsável pela serventia ou de algum funcionário expressamente autorizado por ele e cadastrado para essa finalidade perante a Corregedoria-Geral de Justiça (cafis@tjmg.jus.br). Por questões de segurança, os selos são criptografados e só podem ser



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

abertos com o uso de certificado digital adequado (vide informações no manual técnico do sistema localizado em <http://selos.tjmg.jus.br/desenvolvedor/>).

SISNOR - Módulo Selo de Fiscalização Eletrônica

Serventia selecionada: 000.00000000-00 - Ofício do XXº Registro de Imóveis de Barcelona | Usuário: Hitalo Diniz | Perfil: Responsável | DESCONECTAR

Principal Central de Atos DAP-TFJ Selo de Fiscalização Eletrônico

Emissão de Selos de Fiscalização Eletrônicos

Solicitação de pedido

Selecione a quantidade de Selos de Fiscalização Eletrônicos do pedido:

100 Solicitar

Confirmação

Você tem certeza de que deseja solicitar um pedido de 100 selos?

A emissão do lote de Selos de Fiscalização Eletrônico requer autenticação via certificado digital.

LOGIN Cancelar

Código do pedido	Selo inicial	Selo final	Quantidade	Data e Hora	Usuário	Recibo da solicitação do pedido	Emitir selos não utilizados
2731	ABW16871	ABW17870	1.000	10/10/2013 14:47	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2596	ABV72271	ABV72370	100	24/07/2013 08:36	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2595	ABV72171	ABV72270	100	23/07/2013 12:11	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2594	ABV72071	ABV72170	100	19/07/2013 17:07	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2593	ABV71971	ABV72070	100	19/07/2013 17:02	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2592	ABV71871	ABV71970	100	19/07/2013 16:56	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2591	ABV71771	ABV71870	100	19/07/2013 16:40	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2590	ABV71671	ABV71770	100	19/07/2013 16:39	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2489	ABV27429	ABV28428	1.000	15/05/2013 09:02	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir
2469	ABV26429	ABV27428	1.000	14/05/2013 21:30	Hitalo Diniz	Recibo	Emitir

Figura 3 – Emissão de Selos de Fiscalização Eletrônicos Login com Certificado Digital

4. Envio de atos

Os atos praticados pela serventia deverão ser enviados nos termos da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG, através da opção de Novo Envio de Arquivo de Atos Praticados, localizada no submenu “Envio de atos”, opção “Novo envio”. Para isso, na tela acessada, clique no comando “Selecione um arquivo para envio ...” (destacado na figura 4).



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ



Figura 4 – Seleção de arquivo para envio dos atos

Procure e selecione o arquivo desejado. O arquivo deverá estar no formato “.xml”. Caso esteja, será exibida uma mensagem de confirmação: “Tem certeza que deseja importar os dados de Atos e Selos?” (destacado na figura 5). Caso não esteja, será exibida a mensagem “Arquivo com formato inválido”.

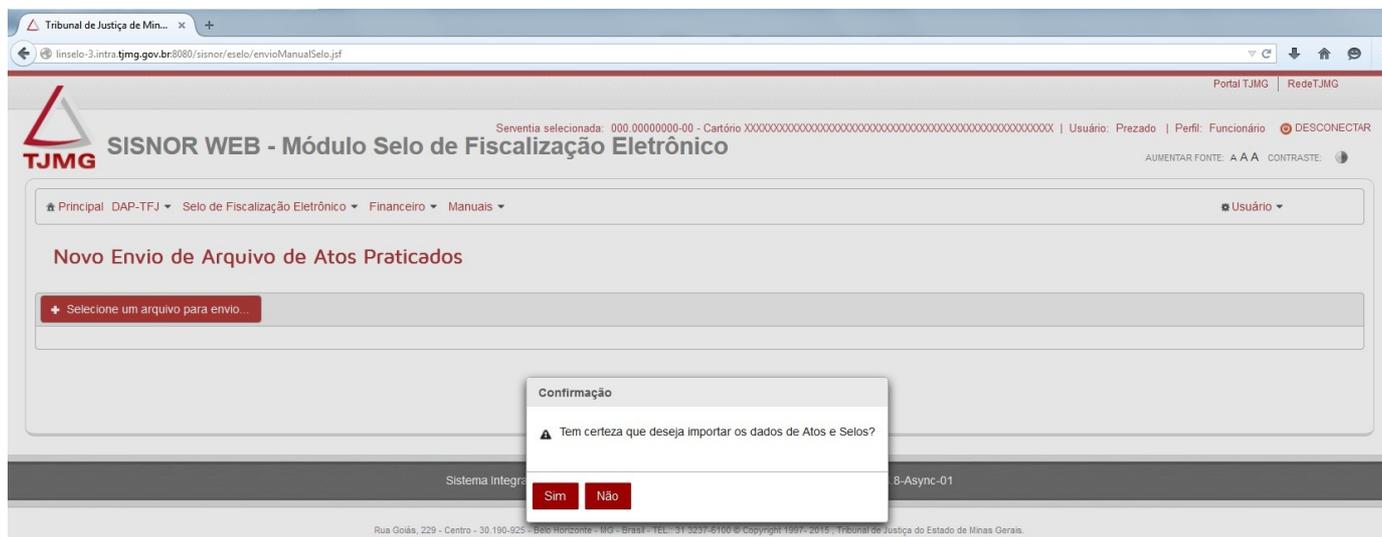


Figura 5 – Confirmação de importação de Atos e Selos



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

Após a confirmação da importação o sistema exibirá a mensagem de “Arquivo protocolado com sucesso.”, junto com o “Número de protocolo para consulta” (destacado na figura 6), na tela Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados.

Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados

Arquivo protocolado com sucesso. Número de protocolo para consulta: 15267.

Pesquisa

Protocolo:

Situacao: Todas

Pesquisar

Data de Envio	Protocolo	Data de Processamento	Usuário	Situação	
24/09/2015 17:40:17	15267		000.000.000-00	Aguardando processamento	
24/09/2015 17:29:47	15266	24/09/2015 17:30:02	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens
23/09/2015 13:16:33	15258	23/09/2015 13:16:33	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens
23/09/2015 13:16:26	15257	23/09/2015 13:16:27	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens
07/08/2015 13:33:50	9051	07/08/2015 13:33:55	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens
07/08/2015 13:33:19	9050	07/08/2015 13:33:21	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens

1

Legenda

Aguardando processamento: O arquivo de Atos Praticados foi recebido pelo TJMG e encontra-se na fila aguardando processamento.

Processado com sucesso: O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e aceito, pois não foram encontrados erros.

Processado com erro(s): O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e recusado, pois foram encontrados erros. Necessário enviar o arquivo novamente, corrigindo os erros identificados.

Falha no processamento: O arquivo de Atos Praticados não foi processado pelo TJMG devido à ocorrência de erro interno durante o processamento. Necessário enviar o arquivo novamente.

Figura 6 – Arquivo protocolado com sucesso



5. Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados

As situações dos Envios de Atos Praticados feitos ao TJMG podem ser consultadas através do submenu “Envio de atos”, opção “Consulta de Envios”. Para realizar a consulta, informe o Protocolo referente ao envio que deseja visualizar a situação ou informe a situação do(s) envio(s) desejado(s) e depois acione o comando “Pesquisar” para que a pesquisa seja realizada. Os dados serão exibidos em uma tabela, como mostrado na Figura 7.

Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados

Pesquisa

Protocolo:

Situacao: Todas

Pesquisar

Data de Envio	Protocolo	Data de Processamento	Usuário	Situação	
10/08/2015 18:38:25	9067	10/08/2015 18:38:27	000.000.000-00	Processado com sucesso	Mensagens
10/08/2015 18:34:23	9066	10/08/2015 18:34:25	000.000.000-00	Processado com sucesso	Mensagens
10/08/2015 18:34:11	9065	10/08/2015 18:34:13	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens
07/08/2015 13:34:56	9053	07/08/2015 13:34:58	000.000.000-00	Processado com sucesso	Mensagens
07/08/2015 13:34:27	9052	07/08/2015 13:34:29	000.000.000-00	Processado com erro(s)	Mensagens

1

Legenda

Aguardando processamento: O arquivo de Atos Praticados foi recebido pelo TJMG e encontra-se na fila aguardando processamento.

Processado com sucesso: O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e aceito, pois não foram encontrados erros.

Processado com erro(s): O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e recusado, pois foram encontrados erros. Necessário enviar o arquivo novamente, corrigindo os erros identificados.

Falha no processamento: O arquivo de Atos Praticados não foi processado pelo TJMG devido à ocorrência de erro interno durante o processamento. Necessário enviar o arquivo novamente.

Figura 7 – Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados

A tabela conta com as seguintes colunas e comandos:

- **Data de Envio:** Data e hora do Envio do Arquivo de Atos Praticados. Essa é a data que será considerada para definição de atraso do Envio.
- **Protocolo:** Número do protocolo referente ao Envio.
- **Data de Processamento:** Data e hora em que o Arquivo Enviado foi processado pelo TJMG.
- **Usuário:** CPF do usuário responsável pelo Envio.
- **Situação:** Situação do Processamento de um Envio. Será uma das situações descritas no Quadro Legenda (Figura 7), que podem ser:



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

- Aguardando processamento: O arquivo de Atos Praticados foi recebido pelo TJMG e encontra-se na fila aguardando processamento.
- Processado com sucesso: O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e aceito, pois não foram encontrados erros.
- Processado com erro(s): O arquivo de Atos Praticados foi processado pelo TJMG e recusado, pois foram encontrados erros. Necessário enviar o arquivo novamente, corrigindo os erros identificados.
- Falha no processamento: O arquivo de Atos Praticados não foi processado pelo TJMG devido à ocorrência de erro interno durante o processamento. Necessário enviar o arquivo novamente.

- **Mensagens** - Ao acionar este comando, o Sistema exibe um Popup contendo as mensagens referentes ao Processamento do Arquivo enviado, podendo ser referente a um Arquivo processado com sucesso (como por exemplo a mensagem exibida na figura 9) ou sobre algum erro encontrado (como por exemplo a mensagem exibida na figura 8). Além disso, no Popup exibido o usuário tem como opção exportar a Mensagem para um arquivo PDF ou para uma Planilha Excel (Figura 8 ou 9).

The screenshot displays the SISNOR WEB interface for the 'Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico'. A 'Mensagens' popup window is open, showing an error message: 'ERRO: A Serventia responsável pelo envio do arquivo de Atos Praticados não é a mesma Serventia informada no arquivo XML.' Below the message, there is an 'Exportar' section with icons for PDF and Excel. In the background, a table shows a record with 'Data de Envio' 25/09/2015 15:27:04 and 'Protocolo' 1050. The status of this record is 'Processado com erro(s)'. A 'Mensagens' button is visible in the bottom right corner of the interface.

Figura 8 – Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados



The screenshot shows the SISNOR WEB interface. At the top, there is a navigation bar with the TJMG logo and the text "SISNOR WEB - Módulo Selo de Fiscalização Eletrônica". Below this, there is a search bar and a table of sent files. A modal window titled "Mensagens" is open, displaying a message: "Mensagens do envio de protocolo número 9053" and "SUCESSO: Arquivo processado com sucesso." Below the message, there is an "Exportar" button with icons for PDF and Excel. The background table shows columns for "Data de Envio" and "Protocolo".

Data de Envio	Protocolo
25/09/2015 17:08:25	15280
10/08/2015 18:38:25	9067
10/08/2015 18:34:23	9066
10/08/2015 18:34:11	9065
07/08/2015 13:34:56	9053
07/08/2015 13:34:27	9052

Figura 9 – Consulta de Envios de Arquivo de Atos Praticados

Observação: É importante salientar que a data de transmissão do Arquivo de Atos Praticados é a informada em “Data de Envio”, e não a informada em “Data de Processamento”.

6. Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos

A funcionalidade “Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos” foi desenvolvida a fim de permitir, excepcionalmente, o cancelamento de selos pelos seguintes motivos:

- 1- Uso indevido;
- 2- Extravio/Roubo/Furto;
- 3- Anulação do ato por ordem judicial

A única espécie de cancelamento efetuada pela própria Serventia é o “Cancelamento de selo por uso indevido”, o qual deve ser utilizado em situações de erro no lançamento de dados do selo, tais como, tipo de tributação, data da prática do ato, tipo de livro, número da folha etc, ou ainda em virtude da inexistência do ato.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

O cancelamento do selo poderá ou não exigir o lançamento de um selo substituto. Havendo necessidade de correção de alguma das informações constantes do selo, aquele selo com as informações incorretas deverá ser cancelado e substituído por outro com as informações corretas. Caso o selo tenha sido utilizado indevidamente em razão do lançamento de ato inexistente (o registrador ou notário transmite um selo de um ato que não foi praticado, ex: foi lançado um ato de arquivamento a mais), o selo cancelado não necessitará de substituição. Para maiores informações, recomenda-se a leitura da seção **“5.4. Considerações importantes”**.

As demais espécies de cancelamento (“Extravio/Furto/Roubo” e “Anulação do ato por ordem judicial”) são realizadas pela Corregedoria-Geral de Justiça, após recebimento dos comunicados de extravio/roubo/furto, acompanhados do Boletim de Ocorrência, se for o caso, ou da ordem judicial que anulou o ato.

Para a utilização da funcionalidade de “Cancelamento de selo por uso indevido”, realize o acesso ao SISNOR - Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro e acione o menu “Selo de Fiscalização Eletrônico >> Cancelamento de Selo”.

Portal TJMG | RedeTJMG

Serventia selecionada: 000.00240404-44 - Ofício do 4º Registro de Imóveis de Belo Horizonte | Usuário: Raphael Pena Cavalcanti Teste | Perfil: Responsável | DESCONECTAR

SISNOR - Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico

AUMENTAR FONTE: A A A CONTRASTE: ●

Principal Central de Atos DAP-TFJ Selo de Fiscalização Eletrônico Usuário

Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos

1. Pesquisa pelos Selos de Fiscalização Eletrônicos que se deseja cancelar

Pesquisar por selo | Pesquisar por intervalo

Código Sequencial do Selo:

Trazer selos do grupo

Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - 4.3.3-cancelamento-5

Figura 10 – Tela de Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos



6.1. Passos para realização do Cancelamento

O primeiro passo para a realização do cancelamento é a Pesquisa pelos Selos de Fiscalização Eletrônicos que se deseja cancelar. São disponibilizadas duas formas de pesquisa: por selo e por intervalo.

Ao pesquisar por selo, o usuário deverá informar o código sequencial do selo que se deseja cancelar, composto de 3 (três) letras e 5 (cinco) algarismos. Caso o usuário deseje recuperar não só o selo do código sequencial informado, mas também todos os selos do grupo a que ele pertence (ou seja, todos os selos que possuam o mesmo selo de consulta do selo pesquisado), deverá selecionar a opção “Trazer selos do grupo”.

Pesquisar por selo | Pesquisar por intervalo

Código Sequencial do Selo:

Trazer selos do grupo

Pesquisar

Figura 11 – Pesquisa por selo

Ao pesquisar por intervalo, o usuário deverá informar o código sequencial de início e fim do intervalo de selos. Uma restrição do sistema é que a quantidade de selos compreendidos nesse intervalo não pode ser superior a 1.000 selos.

Pesquisar por selo | Pesquisar por intervalo

Código Sequencial do Selo: de até

Pesquisar

Figura 12 – Pesquisa por intervalo



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

	Código Sequencial do Selo	Selo de Consulta	Substitui o Selo	Substituído pelo Selo
	ABA27485	ABA27475	-	-
	ABA27486	ABA27475	-	-
	ABA27487	ABA27475	-	ABA27493
	ABA27488	ABA27475	-	-
	ABA27489	ABA27475	-	-
	ABA27490	ABA27475	-	ABA27491
	ABA27491	ABA27475	ABA27490	-
	ABA27492	ABA27475	-	-
	ABA27493	ABA27475	ABA27487	-
	ABA27494	ABA27475	-	-

Legenda: Transmitido Não transmitido Cancelado

Figura 13 – Selos pesquisados

Uma vez escolhido o método de pesquisa desejado e informado(s) o(s) Código(s) sequencial(is) necessário(s), o usuário deverá acionar o comando “Pesquisar” para que a pesquisa seja realizada. Os dados serão exibidos em uma tabela, como mostrado na Figura 13.

Nessa tabela, os selos que já tenham sido transmitidos para a base do TJMG possuem fundo branco; os selos que ainda não tenham sido transmitidos para a base do TJMG possuem fundo em tom de amarelo; e os selos que já tenham sido cancelados anteriormente possuem fundo em tom de rosa, conforme legenda indicada na parte inferior da tela.

A tabela conta, ainda, com as seguintes colunas e comandos:

- O acionamento deste comando faz com que o selo indicado na coluna “Código Sequencial do Selo” seja adicionado à relação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos selecionados para cancelamento.
- O acionamento deste comando permite ao usuário visualizar os detalhes do ato a que o respectivo selo se refere, exceto no caso de o selo ainda não ter sido transmitido ao TJMG.
- Código Sequencial do Selo** – Código de sequência alfanumérica do Selo de Fiscalização Eletrônico.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

- **Selo de Consulta** – Código sequencial único do Selo de consulta a que está agrupado /vinculado o selo indicado na coluna “código sequencial do selo”
- **Substitui o Selo** – Caso o selo indicado na coluna “Código Sequencial do Selo” seja substituto de outro selo anteriormente cancelado, esta coluna conterá o Código sequencial único desse selo cancelado.
- **Substituído pelo Selo** – Caso o selo indicado na coluna “Código Sequencial do Selo” já tenha sido cancelado anteriormente e, para este cancelamento, tenha sido informado um selo substituto, a coluna trará o Código sequencial único desse selo substituto.

Dessa forma, o usuário deverá adicionar o(s) selo(s) que deseja cancelar à “Relação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos selecionados para cancelamento”, como mostrado na Figura 14.

2. Relação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos selecionados para cancelamento

	Código Sequencial do Selo	Selo de Consulta	Substitui o Selo	Substituído pelo Selo
<input checked="" type="checkbox"/>	ABA27478	ABA27475	-	<input checked="" type="radio"/> Não possui substituto <input type="radio"/> Possui substituto: <input type="text"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	ABA27479	ABA27475	-	<input type="radio"/> Não possui substituto <input checked="" type="radio"/> Possui substituto: ABA27482
<input checked="" type="checkbox"/>	ABA27480	ABA27475	-	<input type="radio"/> Não possui substituto <input checked="" type="radio"/> Possui substituto: ABA27483
<input checked="" type="checkbox"/>	ABA27481	ABA27475	-	<input checked="" type="radio"/> Não possui substituto <input type="radio"/> Possui substituto: <input type="text"/>

Legenda: Selo com inconsistência

Confirmar cancelamento de selos

Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - 4.3.3-cancelamento-9

Rua Goiás, 229 - Centro - 30.190-925 - Belo Horizonte - MG - Brasil - TEL: 31 3237-6100 © Copyright 1997- 2014, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Figura 14 – Relação dos Selos selecionados para cancelamento sem inconsistências



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

A relação dos selos é exibida por uma tabela que possui as seguintes colunas e comandos:

-  – O acionamento deste comando faz com que o selo indicado na coluna “Código Sequencial do Selo” seja removido da relação de selos selecionados para cancelamento;
- **Código Sequencial do Selo** – Código de sequência alfanumérica do Selo de Fiscalização Eletrônico selecionado para cancelamento;
- **Selo de Consulta** – Código sequencial único do Selo de consulta a que está agrupado /vinculado o selo selecionado para cancelamento;
- **Substitui o Selo** – Caso o selo a ser cancelado seja o selo substituto de outro selo anteriormente cancelado, esta coluna trará o Código sequencial único desse selo cancelado;
- **Substituído pelo Selo** – Nesta coluna o usuário deverá informar se o respectivo selo a ser cancelado possui ou não um Selo substituto. Caso possua, deverá informar também o código sequencial desse selo.

6.2. Sobre o Selo substituto

Caso o selo a ser cancelado POSSUA selo substituto, o procedimento a ser adotado pela serventia deverá ser o seguinte:

1. ANTES de proceder ao cancelamento do selo cujas informações estejam incorretas, realize a transmissão do selo substituto.
2. Acesse a tela de Cancelamento de Selos de Fiscalização Eletrônicos, pesquise pelo selo que se deseja cancelar, adicione-o à relação de selos selecionados para cancelamento e informe, na coluna “Substituído pelo Selo”, o Código sequencial do selo transmitido no passo 1.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

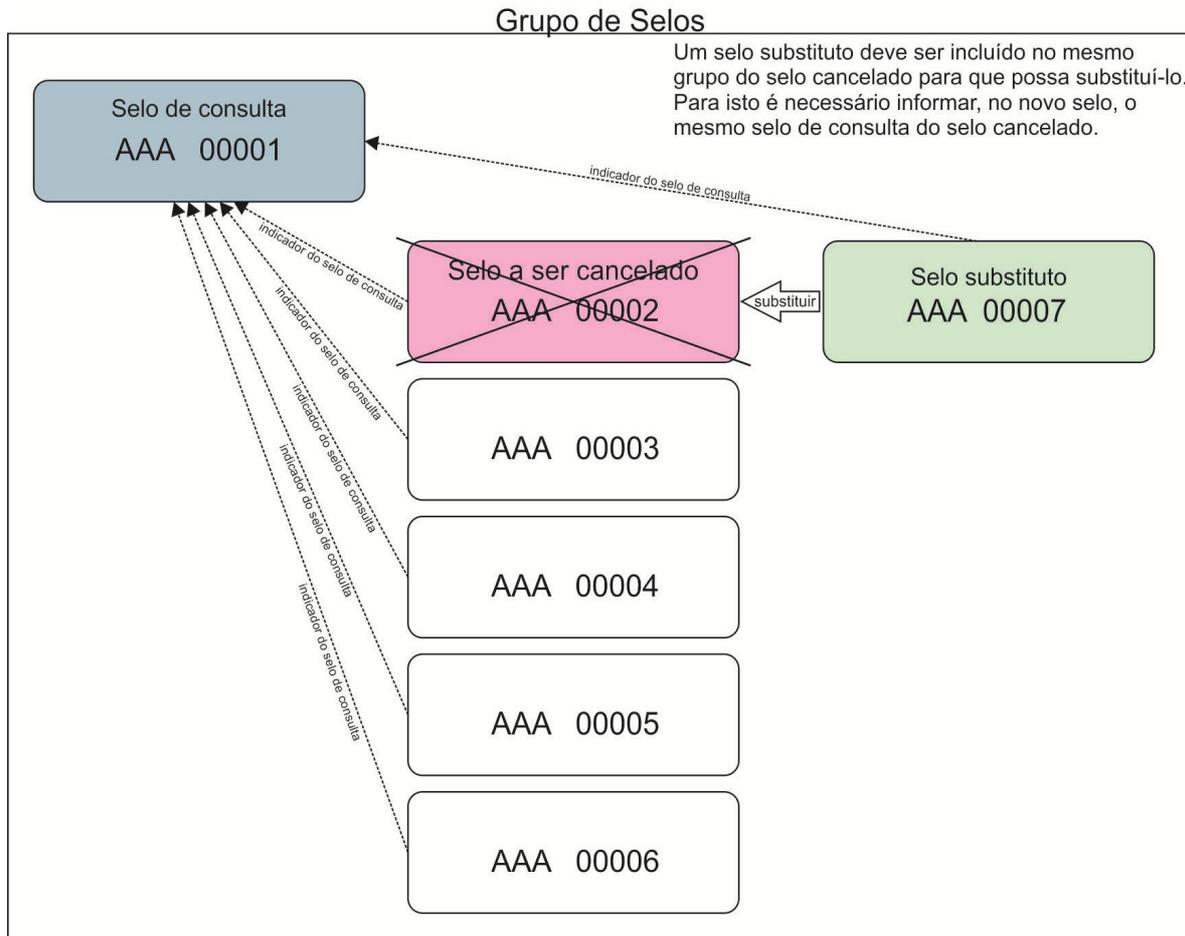


Figura 15 – Selo a ser cancelado NÃO É selo de consulta

ATENÇÃO:

- O selo substituto SEMPRE deverá possuir O MESMO selo de consulta que o selo a ser cancelado possui. Essa vinculação é feita no momento do preenchimento das informações do selo, conforme o BLOCO A do manual técnico do Selo de Fiscalização Eletrônico (Figura 15).
- Quando o selo a ser cancelado for um selo de consulta, e for necessário o lançamento de um selo substituto, o código sequencial para o preenchimento da tag <SeloConsulta> do Bloco A continuará sendo o daquele selo de consulta cancelado, pois O SELO SUBSTITUTO NUNCA assumirá a função daquele SELO DE CONSULTA estampado no documento, mesmo que tenha sido cancelado. A consulta pública no portal do TJMG emitirá detalhes sobre esse cancelamento, fazendo remissão a eventual substituição (Figura 16).

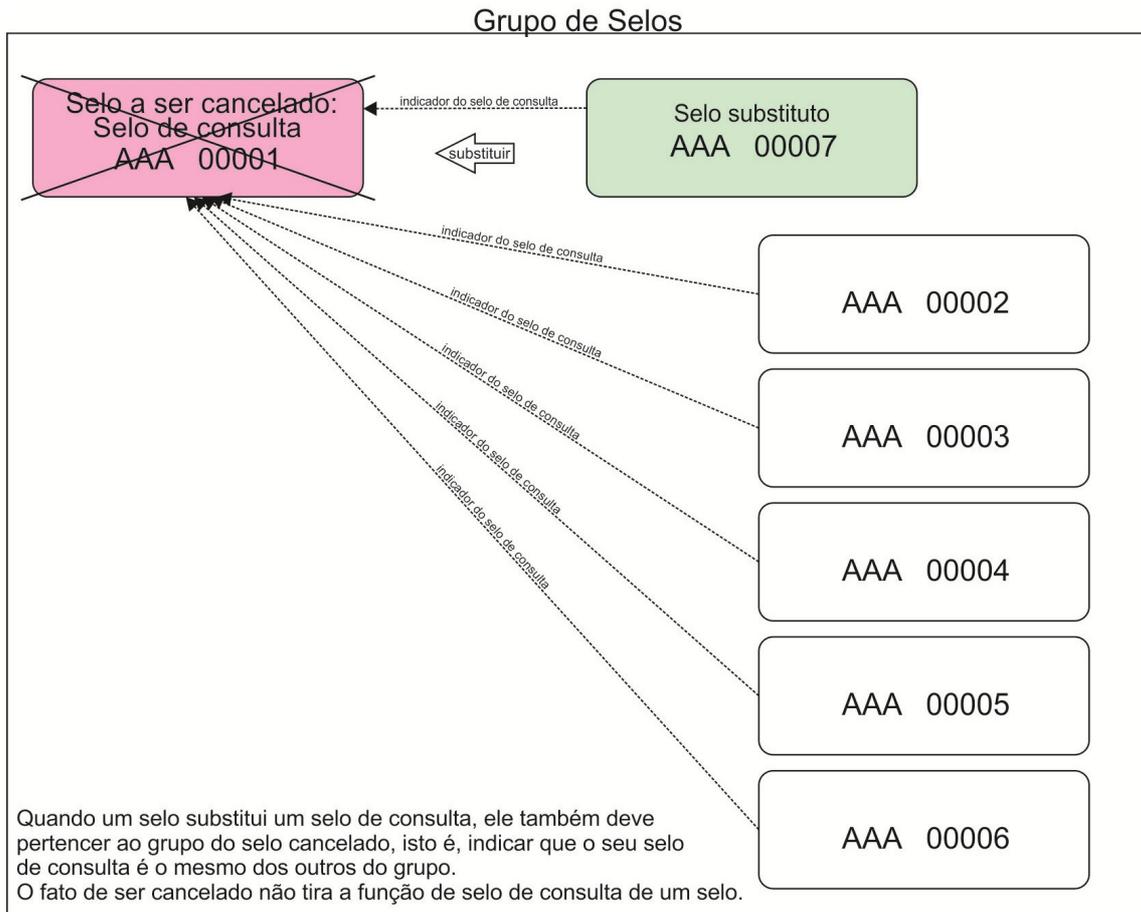


Figura 16 – Selo a ser cancelado É selo de consulta.

6.3. Inconsistências no cancelamento de selos

Acima da tabela “Relação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos relacionados para o cancelamento” é exibida uma relação de todas as inconsistências existentes dentre os selos selecionados para cancelamento, conforme Figura 17.

Clicar na inconsistência levará ao selo a que se refere a inconsistência, permitindo ao usuário corrigir o problema ou remover o selo da relação de selos selecionados para cancelamento. Os selos com inconsistência possuem fundo em tom de rosa, conforme indicado na legenda da tabela.

Para efetivar o cancelamento, o usuário deverá acionar o comando “Confirmar cancelamento de selos”, e esse comando somente estará habilitado se não houver nenhuma inconsistência nos selos selecionados para cancelamento.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

São diversas as validações realizadas para garantir que o cancelamento não viole a autenticidade dos dados transmitidos ao TJMG. Abaixo, são listadas as inconsistências que podem ser emitidas pelo sistema.

2. Relação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos selecionados para cancelamento

 As inconsistências abaixo foram detectadas. Corrija-as para confirmar o cancelamento de selos.
O selo informado (AAA00462) já se encontra cancelado na base do TJMG.
Foi indicada a existência de selo substituto para o selo AAA00461, porém nenhum selo substituto foi informado.
Foi indicada a existência de selo substituto para o selo AAA00546, porém nenhum selo substituto foi informado.
O selo substituto informado (AAA00461) não é válido, pois é um dos selos que será cancelado nesse cancelamento.
O selo substituto informado (AAA00461) para o selo AAA00462 não é válido, pois já é substituto de outro selo cancelado (AAA00462).

	Código Sequencial do Selo	Selo de Consulta	Substitui o Selo	Substituído pelo Selo
	AAA00461	AAA00459	AAA00462	<input type="radio"/> Não possui substituto <input checked="" type="radio"/> Possui substituto: <input type="text"/>
	AAA00462	AAA00459	-	<input type="radio"/> Não possui substituto <input checked="" type="radio"/> Possui substituto: AAA00461
	AAA00546	AAA00459	-	<input type="radio"/> Não possui substituto <input checked="" type="radio"/> Possui substituto: <input type="text"/>
				Legenda: Selo com inconsistência

Figura 17 – Relação dos Selos selecionados para cancelamento com inconsistências

Inconsistências:

1	O selo informado (<Código sequencial do selo>) já se encontra cancelado na base do TJMG.
2	O selo informado (<Código sequencial do selo>) não é válido, pois não pertence à Serventia em que o usuário está logado.
3	O selo informado (<Código sequencial do selo>) ainda não foi transmitido ao TJMG
4	O selo substituto informado (<código sequencial do selo>) para o selo de consulta (<Código sequencial do selo de consulta>) não é válido, pois é referente a ato de arquivamento (8101), que não pode ser selo de consulta.
5	Foi indicada a existência de selo substituto para o selo <Código sequencial do selo>, porém nenhum selo substituto foi informado.
6	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) para o selo <Código sequencial do selo> não é válido, pois já é substituto de outro selo cancelado (<Código sequencial do selo que o substituto já substitui>).
7	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois não pertence à Serventia em que o usuário está logado.
8	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

	ainda não foi transmitido ao TJMG
9	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois é um dos selos que está sendo cancelado.
10	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois possui selo de consulta diferente do selo de consulta do selo <Código sequencial do selo>, que se deseja cancelar.
11	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois é o mesmo selo que se deseja cancelar.
12	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois é um selo de consulta.
13	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois já é substituto do selo <Código sequencial do outro selo que substitui> que está sendo cancelado neste cancelamento.
14	O selo substituto informado (<Código sequencial do selo substituto>) não é válido, pois já se encontra cancelado na base do TJMG.

Para correção das inconsistências, o usuário deverá tomar uma das seguintes ações:

- Selos com inconsistências 1, 2 ou 3
 - Remover da relação de selos selecionados para cancelamento.
- Selos com inconsistência 5
 - Informar o Código sequencial do selo substituto; ou
 - Marcar a opção “Não possui substituto”.
- Selos com inconsistências 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 ou 14
 - Informar outro Código sequencial do selo substituto.
- Selos com inconsistências 12
 - Informar outro Código sequencial do selo substituto, que não seja selo de consulta.

6.4. Confirmação do cancelamento de selos

Conferida a relação dos selos selecionados para cancelamento e solucionadas todas as inconsistências, o usuário deverá acionar o comando “Confirmar cancelamento de selos”, para exibição da tela de confirmação.

Na tela de confirmação, o usuário terá a chance de mais uma vez revisar quais os selos está cancelando, bem como quais possuem e não possuem substituto informado. É IMPORTANTE



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

conferir atentamente antes de confirmar o cancelamento, uma vez que esta ação NÃO PODERÁ SER DESFEITA.

É importante, também, atentar para o fato de que o cancelamento de selos gera efeito na DAP-TFJ, caso já tenha sido transmitida. Assim, orienta-se proceder, por meio de nova importação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos, à devida retificação da(s) DAP-TFJ já transmitida(s) que tenha(m) sido impactada(s) em relação ao estoque de selos ou atos praticados.

Confirmar cancelamento ✕

Atenção: O cancelamento deste(s) selo(s) gera efeito na DAP-TFJ. Orienta-se proceder a devida retificação da(s) DAP-TFJ já transmitida(s) por meio de nova importação dos Selos de Fiscalização Eletrônicos.

Selos a serem cancelados - COM substituto informado

Código Sequencial do Selo	Selo de Consulta	Substitui o Selo	Substituído pelo Selo
AAA00488	AAA00459	-	AAA00518

Selos a serem cancelados - SEM substituto informado

Código Sequencial do Selo	Selo de Consulta	Substitui o Selo
AAA00461	AAA00459	AAA00462
AAA00486	AAA00459	-

Justificativa: *

Confirmar cancelamento

Figura 18 – Tela de confirmação do cancelamento

Uma vez revisados os dados do cancelamento, o usuário deverá informar uma Justificativa válida sobre o motivo do cancelamento. Na sequência, deverá acionar o comando “Confirmar cancelamento”. Será necessário realizar novo login com o Certificado Digital do usuário logado, mais uma vez garantindo a autenticidade de todas as ações realizadas dentro do sistema, que ficarão armazenadas na base de dados do TJMG.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

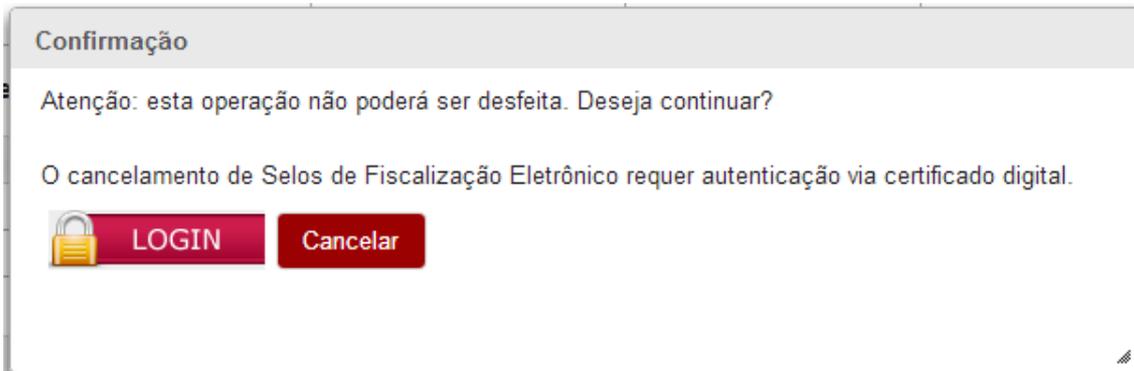


Figura 19 – Confirmação com login via Certificado Digital

Caso tudo ocorra sem problemas, uma mensagem de confirmação será emitida e o Cancelamento terá sido realizado.

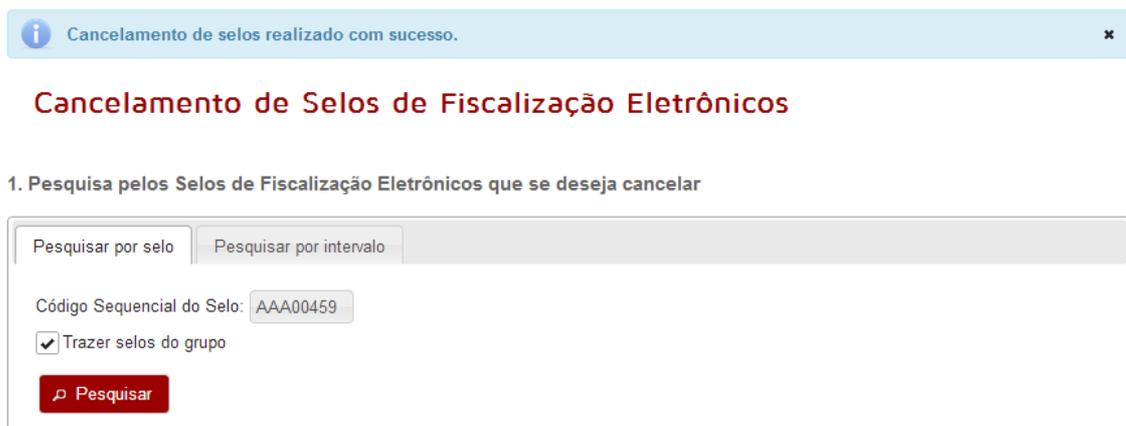


Figura 20 – Cancelamento realizado com sucesso



6.5. Considerações importantes

Situação 1 – O ato foi praticado corretamente, mas o selo foi transmitido com informação(ões) errada(s)

Cancela-se o selo errado, informando-se o respectivo selo substituto. A data da prática do ato a ser informada no selo substituto deve ser a mesma data da prática do ato relativa ao selo cancelado, uma vez que não está sendo praticado outro ato, mas tão somente corrigindo informações do selo relativo ao ato já praticado.

Situação 2 – O selo foi transmitido corretamente, mas o ato foi praticado de forma errada, por erro do cartório

Não há necessidade de cancelar o selo, uma vez que corresponde ao ato praticado, ainda que incorretamente. No entanto, haverá necessidade de praticar outro ato, o que requer a utilização de novo selo.

Nessa hipótese será utilizado o respectivo código de tributação em razão de erro imputado ao próprio cartório, não sendo devido qualquer cobrança ao usuário.

Situação 3 – O selo foi transmitido com informação(ões) incorreta(s) que não correspondem ao ato, que também foi praticado de forma errada, por erro do cartório

Aplica-se o procedimento previsto na “Situação 1”, a fim de adequar as informações do selo ao ato praticado incorretamente.

Em seguida, uma vez que as informações do selo substituto passaram a corresponder aos dados do ato praticado, basta observar o procedimento relativo à “Situação 2”.

7. Recibos de Envio de Atos Praticados

Todos os atos praticados e enviados ao TJMG podem ser consultados através do submenu “Consultas”, opção “Recibos de Envio de Atos”. Para realizar a consulta, informe o ano e o mês do período que deseja visualizar o recibo (destacado na figura 21).



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR
Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

Portal TJMG | RedeTJMG

Serventia selecionada: 000.00000000-00 - Ofício do XXº Registro de Imóveis de Barcelona | Usuário: Raphael Pena Cavalcanti | Perfil: Responsável | DESCONECTAR

AUMENTAR FONTE: A A A CONTRASTE: [ícone]

Principal Central de Atos DAP-TFJ Selo de Fiscalização Eletrônico Usuário

Consulta de Recibos de Envio de Atos Praticados

Filtros da consulta

A disponibilização do recibo de transmissão de atos praticados ocorrerá somente no dia seguinte à transmissão dos atos. O recibo é gerado com base na data de transmissão dos atos praticados, não é considerada a data da prática do ato, pois trata-se de recibo de transmissão e não de recibo de prática de ato.

Ano: 2013
Mês: Julho

Consultar

Recibos

Código	Código Segurança	Data Referência	Emitir recibos
1702	6168819564767656	24/07/2013	Recibo
1707	5621571855875929	23/07/2013	Recibo

Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - 4.0.6

Rua Goiás, 229 - Centro - 30.190-925 - Belo Horizonte - MG - Brasil - TEL.: 31.3237-6100 © Copyright 1997-2013, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Figura 21 – Consulta de Recibos

A relação de recibos referentes ao período informado será apresentada na tela conforme apresentado a seguir:

Portal TJMG | RedeTJMG

Serventia selecionada: 000.00000000-00 - Ofício do XXº Registro de Imóveis de Barcelona | Usuário: Raphael Pena Cavalcanti | Perfil: Responsável | DESCONECTAR

AUMENTAR FONTE: A A A CONTRASTE: [ícone]

Principal Central de Atos DAP-TFJ Selo de Fiscalização Eletrônico Usuário

Consulta de Recibos de Envio de Atos Praticados

Filtros da consulta

A disponibilização do recibo de transmissão de atos praticados ocorrerá somente no dia seguinte à transmissão dos atos. O recibo é gerado com base na data de transmissão dos atos praticados, não é considerada a data da prática do ato, pois trata-se de recibo de transmissão e não de recibo de prática de ato.

Ano: 2013
Mês: Julho

Consultar

Recibos

Código	Código Segurança	Data Referência	Emitir recibos
1702	6168819564767656	24/07/2013	Recibo
1707	5621571855875929	23/07/2013	Recibo

Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - 4.0.6

Rua Goiás, 229 - Centro - 30.190-925 - Belo Horizonte - MG - Brasil - TEL.: 31.3237-6100 © Copyright 1997-2013, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Figura 22 – Recibos de Envio de Atos



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

Código	Código Segurança	Data utilização	Código Fiscal	Tabela Referência	Data Prática Ato	Data Transmissão
AAA01755	2287140258161414	23/07/2013	4535	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01758	1803846260033396	23/07/2013	4132	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01760	3318868128369287	23/07/2013	4502	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01762	8396501282614555	23/07/2013	4515	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01764	7604535772921914	23/07/2013	4109	2013	24/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01765	1281825167934649	23/07/2013	4105	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01767	2293123646246583	23/07/2013	8101	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00
AAA01769	1740319035146840	23/07/2013	4603	2013	23/07/2013	24/07/2013 00:00

Figura 23 – Recibos de Envio de Atos

A disponibilização do recibo de transmissão de atos praticados ocorrerá somente no dia seguinte à transmissão dos atos. É importante salientar que o recibo é gerado com base na data de transmissão dos atos praticados, não é considerada a data da prática do ato, pois trata-se de recibo de transmissão e não de recibo de prática de ato. Portanto, ao pesquisar por um ato praticado, será necessário conhecer a data de transmissão deste ato para localizar seu recibo de transmissão.

8. Atos Previstos na DAP

Todos os atos praticados que compõem a DAP de um mês podem ser previamente visualizados na Consulta de Atos Praticados Previstos na DAP, acessado através do submenu “Consultas”, opção “Atos Previstos na DAP”.

A pesquisa apresenta todos os atos praticados dentro de um determinado mês, previamente informado na consulta. Para gerar a consulta, informe o ano e o mês desejado, conforme destacado na figura 24.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR
Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

SISNOR - Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico

Consulta de Atos Praticados Previstos na DAP

Filtros da consulta

Ano: 2013
Mês: Julho

Consultar

Mês/ano de referência: Julho/2013

Período 1 | Período 2 | Período 3 | Período 4

Total de atos praticados localizados: 0

Cód. ato	Selo	Tab. emol.	Tipo tributação	Data da prática do ato	TFJU/Unit	Emolum. Unit
Nenhum registro localizado.						

Gerar relatório

Figura 24 – Consulta de Atos Praticados Previstos na DAP

Os atos serão apresentados dentro do seu período de prática. Poderá ser necessário utilizar a paginação para navegar por todos os atos, bastando clicar sobre o número de página que se deseja acessar, como indicado na figura 25.

SISNOR - Módulo Selo de Fiscalização Eletrônico

Consulta de Atos Praticados Previstos na DAP

Atenção: a Consulta de Atos Praticados Previstos na DAP somente apresenta resultados detalhados para as DAPs posteriores a Julho de 2013

Filtros da consulta

Mês/ano de referência: Julho/2013

Período 1 | Período 2 | Período 3 | Período 4

Total de atos praticados localizados: 11310

Cód. ato	Selo	Tab. emol.	Tipo tributação	Data da prática do ato	TFJU/Unit	Emolum. Unit
4102	AAAD1910	2013	Normal	24/07/2013	1,00	0,50
4102	AAAD1877	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	24/07/2013	0,20	0,10
4102	AAAD1902	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	24/07/2013	0,20	0,10
4102	AAAD2360	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AAAD3326	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AAAD3936	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AAAD4970	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AAAD9272	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AA41568	2013	Desconto - 60% Tabela Cartorária - Lei 6 015/73, art. 290, §4º, acrescido pela Lei 9 934/1999	29/07/2013	5,30	13,76
4102	AAAD6938	2013	Desconto - 50% SFH - art. 15, II da Lei 15.424/2004	23/07/2013	0,50	0,25
4102	AAAD7637	2013	Desconto - 50% SFH - art. 15, II da Lei 15.424/2004	29/07/2013	13,26	34,39
4102	AAAD7953	2013	Desconto - 50% SFH - art. 15, II da Lei 15.424/2004	29/07/2013	13,26	34,39
4102	AAAD8417	2013	Desconto - 50% SFH - art. 15, II da Lei 15.424/2004	29/07/2013	13,26	34,39
4102	AAAD9361	2013	Desconto - 50% Minha Casa Minha Vida - arts. 42, II e 43, II, Lei 11.977/09 e redação Lei 12.424/2011	29/07/2013	13,26	34,39
4102	AAAD9394	2013	Desconto - 75% Minha Casa Minha Vida - art. 42, III, Lei 11.977/2009	29/07/2013	6,63	17,20
4102	AA610004	2013	Desconto - 75% Minha Casa Minha Vida - art. 42, III, Lei 11.977/2009	29/07/2013	6,63	17,20

Figura 25 – Detalhamento dos Atos



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

A consulta poderá ser impressa através do botão “Gerar Relatório” localizado na parte inferior da tela de consulta. (destacado na parte inferior da figura 24).

Selo	Cód. ato	Tab. emol.	Tipo tributação	Data da prática do ato	TFJ/Unit.	Emolum./Unit
AAA01081	4613	2013	Isento - Promorar-Militar - art. 15-A, caput, da Lei 15.424/2004 c/ redação Lei 20.379/2012	29/07/2013	0,00	0,00
AAA01082	4510	2013	Isento - Mandado Judicial + justiça gratuita - art. 20, I da Lei 15.424/2004 c/ redação Lei 19.414/2010	29/07/2013	0,00	0,00
AAA01083	4165	2013	Desconto - 80% Promorar-Militar - art. 15-A, II, da Lei 15.424/2004 c/ redação Lei 20.379/2012	29/07/2013	3,48	10,44
AAA01084	4606	2013	Isento - Nascimento/Óbito + certidão - art. 30 Lei 6.015/73	29/07/2013	0,00	0,00

Figura 26 – Relatório de Atos Praticados Previstos na DAP